

Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018

Evolution of rural credit in the state of Rio Grande do Sul: analysis by activity and aim of resources between 2006 and 2018

João Garibaldi Almeida Viana¹, Thainni Trindade Fagundes², Alessandra Troian³, Carolina Freddo Fleck⁴

RESUMO: A agropecuária é uma importante atividade econômica do Rio Grande do Sul. As características de incerteza climática, sazonalidade produtiva e dependência tecnológica determinam a necessidade de uma política pública de crédito rural para o setor. Dessa forma, o artigo teve por objetivo analisar a evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul, segmentados por atividades (agrícola e pecuária) e finalidades (custeio, investimento e comercialização) entre os anos de 2006 a 2018. O estudo possui abordagem quantitativa de caráter descritivo, com coleta a análise de dados secundários obtidos no Sistema de Operações de Crédito Rural (SICOR), no sítio oficial do Banco Central do Brasil. Foram coletadas variáveis de valor total anual de contratos (R\$) e número de contratos por atividade, finalidade e produtos agrícolas de 2006 a 2018. As técnicas de análise dos dados foram a estatística descritiva e a regressão semilogarítmica. Como resultados, destaca-se a ascensão do volume de crédito no período de 2006 a 2018. O número de contratos agrícolas apresenta significativa redução, enquanto o valor por contrato agrícola e pecuário apresenta crescimento real significativo, indicando aumento na concentração de crédito no Rio Grande do Sul. Por fim, evidencia-se forte tendência de crescimento do crédito agrícola destinado à lavoura de soja no Estado, representando 50,66% do crédito agrícola total. Conclui-se que as recentes mudanças no padrão agrícola gaúcho apresentam importante relação com a evolução do crédito rural no período.

Palavras-chave: Bioma Pampa. Economia rural. Política agrícola. Soja.

ABSTRACT: Agriculture and livestock are important economic activities in the state of Rio Grande do Sul. Climate instability, production seasonality and technological dependence determine the need for a rural credit policy. Current paper analyzes the evolution of rural credit in Rio Grande do Sul according to activities (agricultural and livestock) and purposes (costing, investment and marketing) between 2006 and 2018. Qualitative and descriptive study features analysis of secondary data retrieved from the Rural Credit Operation System (SICOR) of the online site of the Brazilian Central Bank. Variables of annual contract totals (in R\$) and the number of contracts per activity for agricultural products between 2006 and 2018 were retrieved. Data analysis techniques were descriptive statistics and semi-logarithmic regression. Results reveal increase in credit volume between 2006 and 2018. Number of agricultural contracts decreased, whilst values per agricultural and livestock contracts increased significantly, indicating increase in credit concentration in Rio Grande do Sul. There is a strong increasing trend in agricultural credit for soybean plantation, with 50.66% of total credit. Recent changes in the agricultural pattern of the state have a deep relationship with the evolution of rural credit during the period.

Keywords: Agricultural policies. Pampa bioma. Rural economy. Soybean.

Autor correspondente:

João Garibaldi Almeida Viana: jgaribaviana@gmail.com

Recebido em: 16/09/2019

Aceito em: 21/05/2020

INTRODUÇÃO

A agropecuária é a principal atividade econômica em 147 dos 497 municípios gaúchos. O cultivo de arroz, maçã, fumo, uva, trigo e soja e, na pecuária, criação de frangos, suínos, bovinos e leite são os dez principais produtos

¹ Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento (RS), Brasil.

² Bacharela em Administração, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Santana do Livramento (RS), Brasil.

³ Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento (RS), Brasil.

⁴ Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento (RS), Brasil.

agropecuários, que contribuem com mais de 90% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) do setor do Estado (FEE, 2015).

O Rio Grande do Sul dispõe de características diferenciais como o clima, terras para agricultura, pastagens, chuvas e sol abundante. No entanto, características intrínsecas à agropecuária como a perecibilidade, homogeneidade, sazonalidade, riscos climáticos e baixa elasticidade da demanda (RIBEMBOIN, 2006) geram incerteza à produção. Diante disso, políticas específicas são criadas para estimular a agropecuária e compensar suas adversidades.

As políticas públicas para agricultura visam a ocupação do espaço territorial, a garantia de suprimento doméstico de alimentos, a formação de mercado consumidor dos produtos industrializados e a busca do desenvolvimento. Desse modo, instrumentos macroeconômicos, como por exemplo as políticas agrícolas, podem ser modificados ou combinados com o objetivo de gerar novos estímulos à produção ou regulação específicas do setor. Nesse sentido, a política de crédito rural é um importante mecanismo de concessão de crédito a taxas de juros inferiores às vigentes no mercado (BATALHA, 2009).

O crédito rural é um suprimento de recursos financeiros para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (BACEN, 2019), a saber: a) estimular os investimentos rurais para produção, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários; b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; c) fortalecer o setor rural; d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção; e) propiciar a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores; f) desenvolver atividades florestais e pesqueiras; e g) estimular a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar.

O crédito rural é classificado conforme a atividade agrícola (produtos de origem vegetal) e atividade pecuária (produtos de origem animal). Dentro das atividades apresenta três finalidades: 1) custeio - cobrem as despesas correntes dos ciclos produtivos; 2) investimento - destina-se a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção; 3) comercialização - destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à produção ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

O crédito rural tem o papel de gerar oportunidades, pois além de estimular o beneficiário a investir em tecnologia e melhorias na estrutura produtiva, também estimula a permanência no meio rural, fortalecendo o processo de sucessão familiar no campo (ZIGER, 2013). O crédito tem função primordial tanto no desenvolvimento do agronegócio como no crescimento econômico, viabilizando a aquisição de máquinas, equipamentos, fornecendo recursos financeiros para a obtenção de sementes, entre outros meios necessários para a produção de bens e serviços, reduzindo a incerteza do ambiente produtivo (OCNER FILHO, 2017).

Reconhecendo a importância da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul e a necessidade de instrumentos que forneçam recursos de capital para exploração de suas atividades, emergiram as seguintes questões: Como tem evoluído a oferta de crédito rural no Estado do Rio Grande do Sul? Qual é o comportamento das finalidades de crédito agrícola e pecuário e suas principais mudanças nos últimos anos?

Para tanto, o presente artigo teve por objetivo analisar a evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul, segmentados por atividades (agrícola e pecuária) e finalidades (custeio, investimento e comercialização), entre os anos de 2006 a 2018. O estudo justifica-se pela importância da atividade agropecuária para o Rio Grande do Sul, além de verificar possíveis mudanças no padrão de financiamento agrícola no Estado. O recorte temporal justifica-se pela valorização das *commodities* agrícolas no início dos anos 2000 e pela disponibilidade de acesso a dados agregados de todas as operações de financiamento agropecuário a partir de 2006. Os resultados poderão direcionar novos estudos sobre o papel da política de crédito rural nas recentes transformações produtivas do espaço agrário gaúcho.

2 METODOLOGIA

O estudo possui abordagem quantitativa e caráter descritivo. Para Collis e Hussey (2005), a abordagem quantitativa tem como natureza a mensuração de fenômenos, envolve coleta e análise de dados numéricos com aplicação de técnicas estatísticas. Já os estudos descritivos, segundo Gil (2010), objetivam descrever, analisar e interpretar fenômenos procurando identificar relações entre variáveis. A técnica de coleta de dados foi o levantamento de dados secundários. De acordo com Gil (2010), é o tipo de pesquisa que mais se enquadra em estudos descritivos e exploratórios, a vantagem do método é o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e obtenção de dados agrupados, o que possibilita riqueza na análise estatística.

Nesse sentido, para atingir o objetivo proposto foram coletados dados do Sistema de Operações de Crédito Rural (SICOR) no site oficial do Banco Central do Brasil (BACEN, 2019). Foram apurados e analisados os dados relativos ao crédito rural no Rio Grande do Sul no período de 2006 a 2018, compostos pelas seguintes variáveis: a) número anual de contratos agrícolas de custeio, investimento e comercialização; b) número anual de contratos pecuários de custeio, investimento e comercialização; c) valor total anual (R\$) dos contratos agrícolas de custeio, investimento e comercialização; d) valor total anual (R\$) dos contratos pecuários de custeio, investimento e comercialização; e) número anual de contratos para custeio de lavouras de soja, arroz, milho, fumo e feijão; f) valor total anual (R\$) dos contratos para custeio de lavouras de soja, arroz, milho, fumo e feijão.

Os dados coletados referem-se ao somatório de crédito destinado por atividade (agrícola e pecuária) e finalidade (custeio, investimento e comercialização) da totalidade dos programas (Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Proreforma Industrial, Pronaf, Pronamp, ABC, Inovagro entre outros) como também da totalidade das modalidades (cria, recria e engorda, beneficiamento ou industrialização, pastagens temporárias, lavoura, aquisição de insumos para indústria familiar, florestamento e reflorestamento). Para operações de investimento, os dados referem-se à totalidade das fontes de recursos como BNDES livre, BNDES FINAME, Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Tesouro Nacional, Recursos Livres, Poupança Rural, Captação externa, entre outros; e por totalidade de modalidade que compreendem aquisição de animais de serviço (uso agricultura), aquisição de ativos operacionais, aquisição de veículos, atendimento a cooperados (MCR 5-2), cooperativas de crédito, financiamento PROCAP-agro, florestamento e reflorestamento, formação de culturas perenes, máquinas, equipamentos e utensílios, melhoramento das explorações entre outras. Na comercialização contemplam a totalidade das modalidades de pré-comercialização, aquisição de matéria-prima direto do produtor/cooperativa, Cédula de Produto Rural (CPR), estocagem, FGPP-financiamento para garantia de preços ao produtor, financiamento para aquisição da produção/matéria-prima, financiamento para a garantia de preços em operações no mercado futuro e de opções, entre outras.

Após classificadas e coletadas as variáveis, os dados foram tabulados e organizados em planilhas para tratamento estatístico. Os valores correntes de crédito rural foram corrigidos monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, tornando-os constantes a maio de 2019. A análise foi segmentada por atividade e finalidade, expondo sua evolução e grau de concentração no período de 2006 a 2018. As técnicas de análise de dados adotadas foram a estatística descritiva, por meio do uso de medidas descritivas e representações gráficas, e um modelo de regressão para estimação de tendência das variáveis associadas ao crédito.

Para a análise de tendência de longo prazo utilizou-se o método de extrapolação simples que se baseia no desenvolvimento de um modelo de regressão determinístico de séries temporais de uma única equação, denominado de tendência-linear. Assim, as tendências das variáveis de volume total de crédito, número de contratos e valor médio por contrato de 2006 a 2018, das atividades agrícola e pecuária, foram estimadas por meio de um modelo de regressão semilogarítmica (equação 1) para análise da taxa de variação mensal.

$$\ln Y_t = \alpha + \beta t + \varepsilon \quad (1)$$

Onde: $\ln Y_t$ = logaritmo natural da variável dependente associada ao crédito; α = intercepto; β = coeficiente angular; t = tempo da série histórica representado pelo número de anos; ε_t = resíduo.

Na regressão *semilog*, a interpretação do coeficiente angular se dá na forma de taxa de variação anual (equação 2), conforme notação de Wooldridge (2011), o que possibilita a comparação da evolução das variáveis de crédito por atividade.

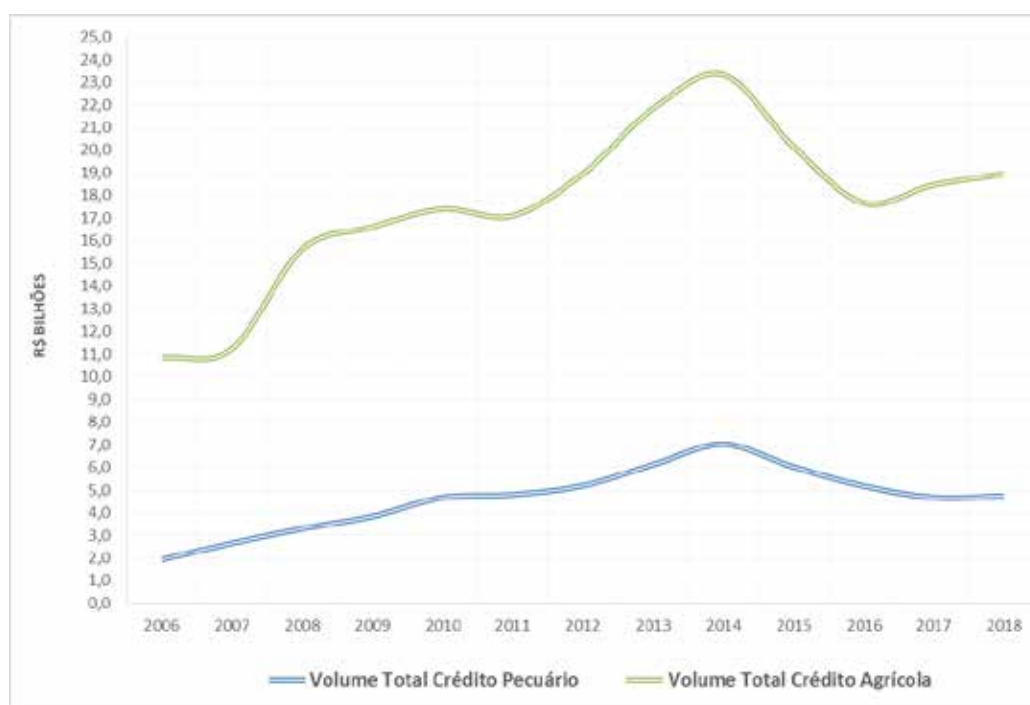
$$\% \Delta Y_t \approx (100 \cdot \beta) \Delta t \quad (2)$$

A existência ou não de tendência declinante ou ascendente das variáveis no período analisado foi verificada através do teste de hipótese *t-student*, a um nível máximo de 5% de significância.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crédito rural é um mecanismo central da política agrícola nacional. Neste item, os resultados da pesquisa serão apresentados, tendo como foco a evolução recente do volume de crédito rural agrícola e pecuário aplicado no Rio Grande do Sul e sua segmentação nas finalidades de custeio, investimento e comercialização.

A Figura 1 apresenta o volume de crédito agrícola e pecuário empenhado no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018. Os números representam a soma dos valores totais de contratos agrícolas e pecuários que foram disponibilizados aos produtores do Estado e englobam os créditos de custeio, investimento e comercialização.



*Valores corrigidos monetariamente pelo IGP-DI para maio de 2019.

Figura 1. Evolução do volume* de crédito agrícola e pecuário no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018 - em reais

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN (2019).

A partir da Figura 1 é possível verificar que o volume de crédito agrícola e pecuário apresentou crescimento real até o ano de 2014. O crédito agrícola aumentou 2,14 vezes, passando de 10,85 bilhões em 2006 para 23,33 bilhões de reais em 2014. No entanto, o crédito apresentou significativa queda a partir de 2014, sofrendo redução de aproximadamente 25% em apenas dois anos. A situação do crédito pecuário é semelhante, sua evolução apresenta crescimento até o ano de 2014, atingindo um volume total de 7,02 bilhões de reais, porém, com retração nos anos seguintes.

Para Ocnor Filho (2017), a partir do ano de 2015 devido à crise de liquidez e à volatilidade nos mercados, as políticas de crédito foram fortemente comprometidas como um todo, afetando os agentes econômicos, em especial os voltados à agricultura. Conforme Gasques *et al.* (2016), o período conhecido como bonança externa que compreende 2000 a 2014 permitiu que o Brasil se tornasse um dos mais importantes exportadores de bens agropecuários. O crescimento deu-se pelo fato da economia manter uma taxa de crescimento média de 4,5% a.a., com influência do “boom das commodities”.

Assim, nesse período o agronegócio teve expressivo crescimento determinado pelo aumento da área plantada e produtividade dos fatores, estimulado por um ambiente favorável de preços no mercado internacional. O crédito acompanhou o cenário de crescimento até 2014 quando iniciou a retração. Conforme os resultados da estimação semilogarítmica (Tabela 1), apesar da retração crescente, o crédito rural agrícola apresentou uma taxa de crescimento real de 4,3% ao ano e o crédito rural pecuário de 6,8% ao ano ($P < 0,01$) no período de 2006 a 2018 no Rio Grande do Sul. Destaca-se nessa análise a taxa de crescimento superior do crédito pecuário, em comparação ao agrícola e a retomada do crescimento da oferta de crédito rural a partir de 2016.

A Figura 2 apresenta os dados relativos à participação do volume de crédito agrícola e pecuário no crédito rural total e à participação do número de contratos de crédito agrícola e pecuário no total contratual.

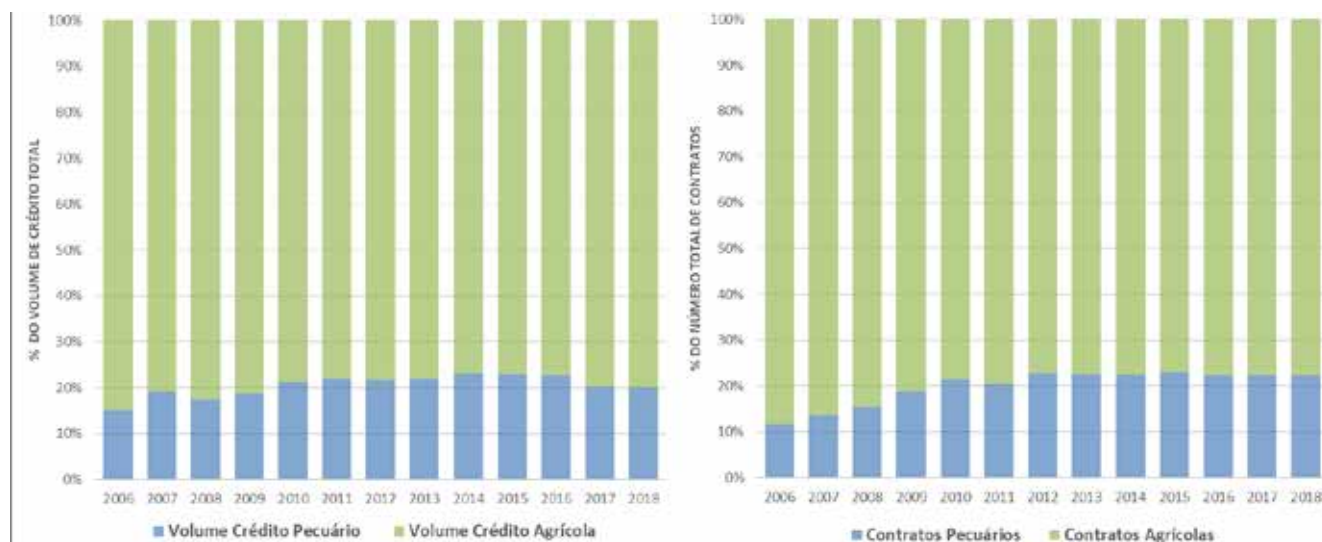


Figura 2. Participação do volume de crédito e dos contratos agrícola e pecuário no crédito total disponibilizado e no número total de contratos do Rio Grande do Sul de 2006 a 2018

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN (2019).

Com relação à participação do volume de crédito agrícola e pecuário é possível verificar a expressividade da representação do crédito agrícola no crédito disponibilizado com, em média, 79,56% do volume total, sem variações intensas no período em análise. Porém, cabe destacar que apesar da maior representatividade de volume destinado às

atividades agrícolas, a participação do volume pecuário apresentou importante crescimento no período em análise, passando de 15,41% do volume total em 2006 para 23,14% em 2014, quando o percentual mais elevado foi registrado.

No que tange ao total de contratos agrícolas e pecuários, o comportamento de participação das atividades no total contratualizado é similar à participação do volume de crédito. Os contratos agrícolas têm participação em média de 80,43% no período, estando visivelmente estabilizados após o ano de 2010. Da mesma forma, a participação de contratos pecuários apresentou crescimento no período, partindo de 11,81% dos contratos em 2006 e alcançando 22,40% em 2018, indicando maior acesso a contratos por pecuaristas ao final da década em análise. Por sua vez, a Figura 3 apresenta o percentual de contratos de crédito agrícola e pecuário por finalidade de custeio, investimento e comercialização no Rio Grande do Sul.

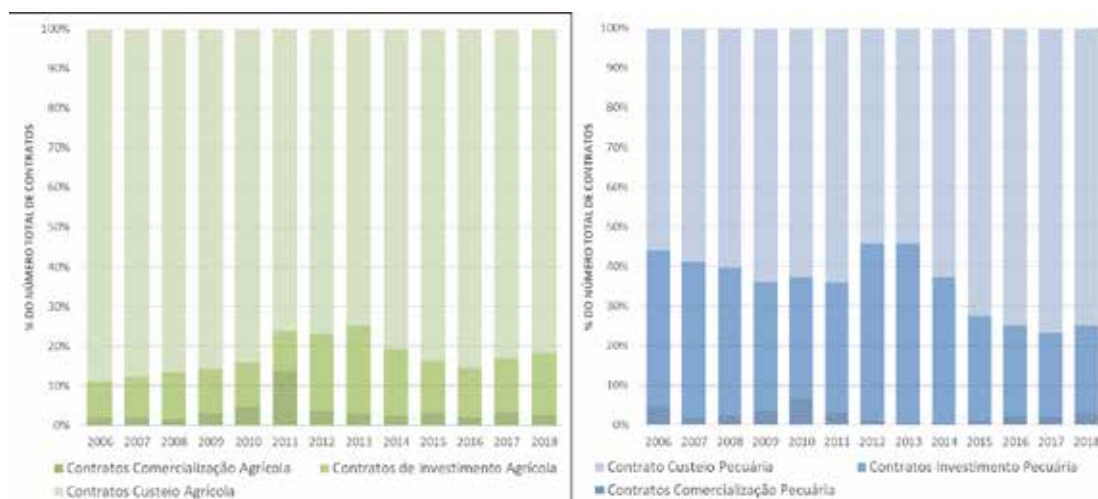


Figura 3. Participação dos contratos de custeio, investimento e comercialização nos contratos totais agrícola e pecuário no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN (2019).

Evidencia-se a elevada concentração de contratos de custeio nas atividades agrícolas no período analisado. Nas atividades pecuárias os contratos de custeio também apresentam maior proporção de acesso, no entanto, os contratos de investimento se destacam pela representatividade na contratualização total.

Naturalmente, a finalidade de custeio é a forma de crédito com maior acesso em produtores com atividades agrícolas, representando, em média, 82,83% dos contratos. Isso se deve em decorrência da agricultura ser intensiva em capital, especialmente para insumos produtivos para as lavouras e aos seus ciclos anuais de desenvolvimento. Assim, a modalidade de crédito de custeio cobre as despesas com melhoria no plantio, compra de insumos, fertilizantes, sementes, agroquímicos entre outros, sendo uma explicação da sua elevada participação nos contratos de crédito agrícola. Para Gasques *et al.* (2016), entre os anos de 2000 a 2014 o consumo de fertilizantes aumentou 113% no Brasil, corroborando a necessidade de maior representatividade do crédito de custeio nas atividades agrícolas.

O crédito de investimento, apesar de não ter expressiva participação nos contratos agrícolas, apresentou leve crescimento até 2013, totalizando nesse ano 22,20% dos contratos. Já o crédito destinado a comercialização de produtos agrícolas, que em tese deveria ter uma participação importante por ser uma alternativa em estabelecer conexões entre o setor produtivo, industrial e de consumo, é o crédito com a menor participação no período analisado. Apenas em 2011 o crédito de comercialização ultrapassou o crédito de investimento, com 13,62% dos contratos. Nos demais anos a participação da comercialização é, em média, de 2,77% dos contratos de crédito agrícola, ou seja, ainda incipiente. Acredita-se que a falta de informação e o desconhecimento por parte dos produtores com relação ao crédito de comercialização se traduza no limitado acesso desse tipo de contratualização.

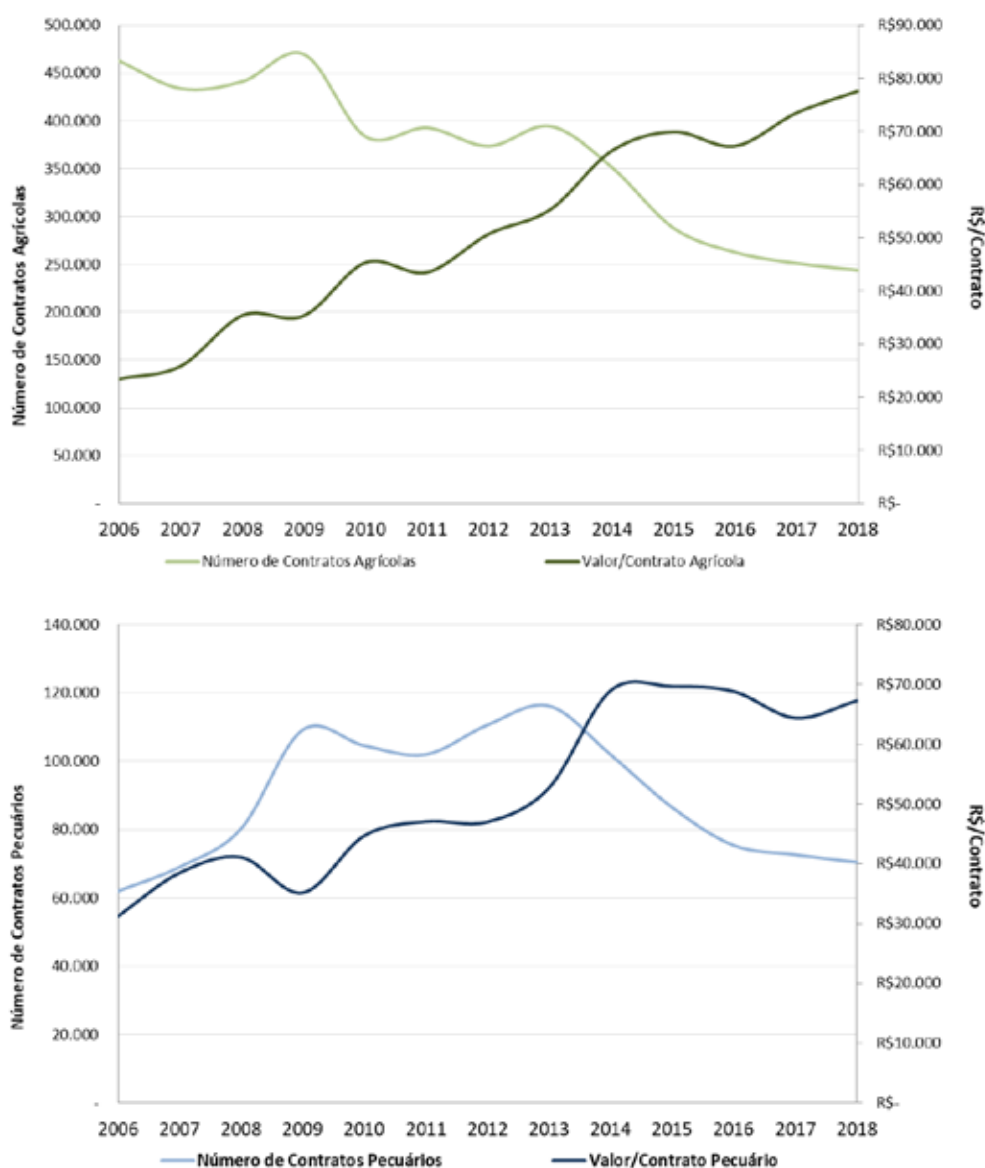
Por sua vez, na atividade pecuária os contratos de crédito de custeio e de investimento são utilizados em proporções semelhantes. Nos anos de 2012 e 2013 as finalidades apresentaram participações muito similares, de aproximadamente 54% para custeio e 44% para investimento. O uso do crédito de investimento nas atividades pecuárias caracteriza-se pela compra de máquinas e equipamentos, mas especialmente pela aquisição de animais para cria e reprodução. Como a pecuária apresenta ciclos produtivos mais longos, especialmente na bovinocultura de corte e leite, o acesso a créditos de investimentos para a aquisição de animais torna-se uma ferramenta importante para manutenção e crescimento da atividade.

Observa-se que a partir do ano de 2013 a contratação de crédito de investimento apresentou acentuada queda, possivelmente pelo aumento de taxas de juros provenientes dessas linhas. A redução de investimento pode estar refletindo nos sistemas produtivos, visto a menor proporção de investimento em animais reprodutores, além de máquinas e equipamentos. Já no crédito de comercialização, sua representatividade perante as outras duas finalidades de crédito é pequena, com oscilações nos números de contratos e valor total destinado. No ano de 2014 os contratos de comercialização para atividade pecuária apresentaram a menor proporção do período, apenas 0,48% dos contratos pecuários totais.

Cabe destacar que na visão de Mello (2016) o volume financeiro de crédito de custeio e investimento é relevante para a produtividade financeira nos municípios do Brasil. Isso porque a produtividade na economia (produtividade total dos fatores) é entendida como a relação entre produto agregado e os insumos utilizados na produção.

Já com relação ao crédito de comercialização, Nunes (2007) aponta que o baixo acesso, tanto na atividade pecuária como agrícola, deve-se pela preferência do governo em estimular contratos com valores mais expressivos (especialmente destinados a custeio e investimento), concentrando o acesso aos contratos de comercialização em grandes produtores, empresas e cooperativas.

A Figura 4 apresenta a evolução de números de contratos *versus* valor por contrato destinado às atividades agrícolas e pecuárias no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018. É possível destacar o aumento real do valor por contrato de crédito agrícola e pecuário, resultando em expressivo crescimento no período em análise.



*Valores corrigidos monetariamente pelo IGP-DI para maio de 2019.

Figura 4. Evolução do número de contratos e do valor* por contrato de atividades agrícola e pecuária no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN (2019).

No crédito agrícola, o valor médio por contrato obteve crescimento real de 231% no período de 2006 a 2018, passando de R\$ 23.449,82 para R\$ 77.633,15 por contratação. Do auge, no ano de 2009 com 469.715 contratos firmados, até o fim do período em análise, o número de contratos agrícolas caiu 48%, chegando em 2018 com 243.997 créditos contratados para a agricultura no Rio Grande do Sul.

No crédito pecuário, o comportamento de aumento do valor por contrato foi similar à atividade agrícola, com crescimento real de 115,47%, passando de R\$ 31.213,61 em 2006 para R\$ 67.255,88 em 2018. Porém, a atividade pecuária teve crescimento tanto no número quanto no valor por contrato até 2013. A partir de 2014 iniciou-se o declínio do número de contratos pecuários, com queda de 39,38% até 2018, passando de 116.161 para 70.415 créditos contratados.

Tabela 1. Coeficientes da regressão semilogarítmica de tendência do volume de crédito, número de contratos e valor por contrato, agrícola e pecuário, no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018

Variáveis	Intercepto ()	Coeficiente Angular ()	Estatística t	Valor p
Volume crédito agrícola	23,269	0,043	3,624	0,004
Nº de contratos agrícolas	13,180	-0,056	-8,965	0,000
Valor/contrato agrícola	10,089	0,099	13,571	0,000
Volume crédito pecuário	21,725	0,068	3,688	0,004
Nº de contratos pecuários	11,373	0,001	0,049	0,962
Valor/contrato pecuário	10,352	0,067	8,889	0,000

Fonte: Estimação a partir dos dados do BACEN (2019).

A partir da Tabela 1 é possível verificar as taxas de crescimento real anual das variáveis de número de contratos e valor por contrato para as atividades agrícola e pecuária. Constata-se, a um nível de significância de 1%, que o número de contratos agrícolas apresentou uma redução significativa de 5,6% ao ano, em contraste ao aumento significativo do valor por contrato agrícola, com uma taxa de 9,90% ao ano de 2006 a 2018. Por sua vez, o valor por contrato pecuário também apresentou crescimento real, com uma taxa de 6,7% ao ano. No entanto, o número de contratos pecuários não apresentou tendência nem de elevação ou de queda no período de 2006 a 2018, especialmente por seu comportamento de declínio ter iniciado apenas no ano de 2013.

Os resultados observados na Figura 4 apresentam relevantes reflexões sobre a política de crédito rural no Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, constata-se que a crise político-econômica enfrentada a partir de 2014 afetou a quantidade de crédito tomado pelos produtores no sistema financeiro e, por consequência, no número de contratos. Ainda, de 2006 a 2018 destaca-se o crescimento da concentração do crédito rural, resultado da expressiva redução do número de contratos, fundamentalmente agrícola e do forte crescimento real do valor por contrato. Ou seja, menos produtores têm acessado mais crédito no período em análise.

O comportamento de concentração pode estar vinculado às recentes transformações do espaço agrário gaúcho, em especial; do avanço de áreas de cultivo de soja na metade Sul do Rio Grande do Sul (KUPPLICH; CAPOANE; COSTA, 2018) e a especialização da produção com o monocultivo da oleaginosa em áreas ao Norte e Noroeste do Estado. Para confirmar essa hipótese, a Figura 5 apresenta evolução da participação do valor dos contratos dos produtos de lavoura de soja, arroz, milho, fumo e feijão no Rio Grande do Sul de 2006 a 2018.

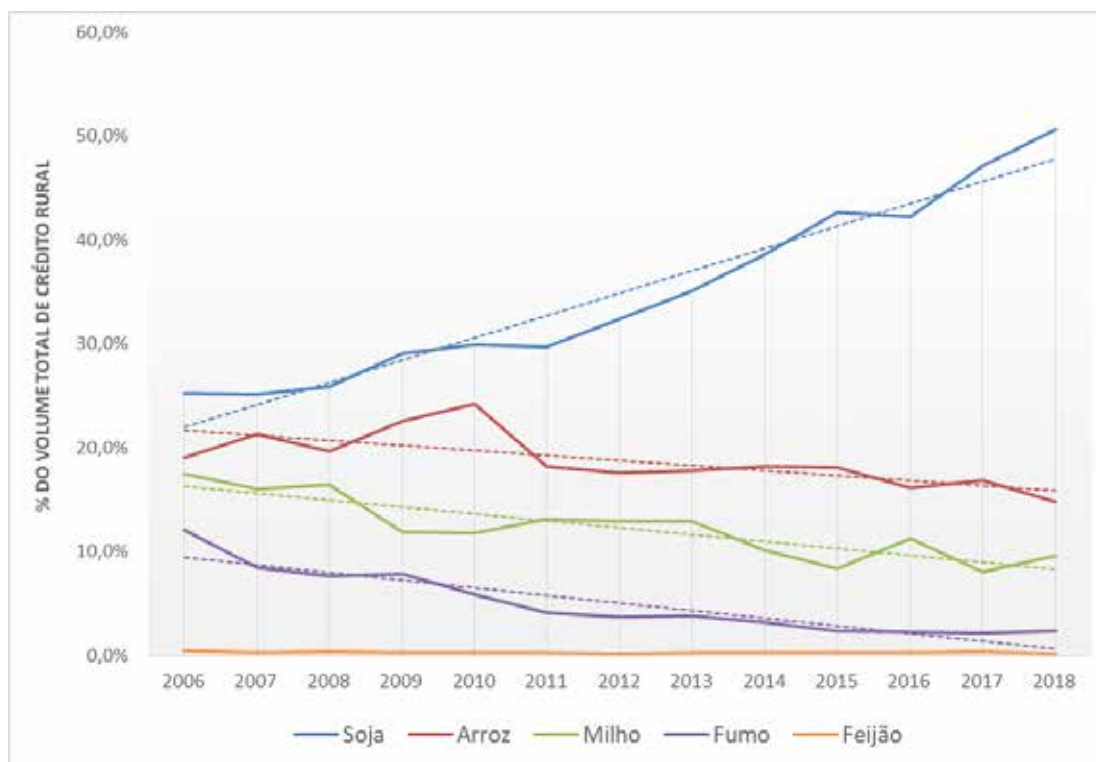


Figura 5. Participação do crédito rural dos produtos de lavoura de soja, arroz, milho, fumo e feijão no crédito agrícola total destinado a produtores do Rio Grande do Sul de 2006 a 2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN (2019).

300

Evidencia-se a forte tendência de crescimento do crédito agrícola destinado à lavoura de soja no Rio Grande do Sul no período em análise. No ano de 2006, o crédito acessado para sojicultura representava 25,3% do valor do crédito agrícola total do Estado; já em 2018, a participação do crédito para o cultivo de soja elevou-se para 50,66% do crédito agrícola total. Enquanto isso, a participação do crédito para importantes cultivos agrícolas temporários, como arroz, milho, fumo e feijão, apresentou tendência de queda no mesmo período.

De 2006 a 2018 a área plantada de soja aumentou 47,57% no Rio Grande do Sul. O crescimento foi mais acentuado na metade Sul do Estado (regiões Sudeste e Sudoeste), áreas compreendidas pelo Bioma Pampa, com elevação de 192% na área plantada, passando de 377.239 hectares em 2006 para 1.101.872 hectares de cultivo de soja em 2018 (IBGE/SIDRA, 2019). Ou seja, a elevação do preço da soja no mercado internacional e os incentivos de programas governamentais para produção de biocombustíveis estimularam a produção da oleaginosa e a substituição de áreas agrícolas e pecuárias no Rio Grande do Sul (SILVEIRA; GONZÁLEZ; FONSECA *et al.*, 2017). Os resultados aqui demonstram que o crédito rural foi uma importante política para essa mudança recente no padrão agrícola gaúcho.

Para visualizar a evolução, o papel do crédito na mudança do padrão agrícola, a Tabela 2 apresenta a participação (%) de contratos e de valores de custeio de produtos da lavoura no crédito de custeio agrícola total do Rio Grande do Sul de 2006 a 2018.

Tabela 2. Participação (%) de contratos e de valores de custeio de produtos da lavoura no crédito de custeio agrícola total do Rio Grande do Sul de 2006 a 2016

Ano	Soja		Arroz		Milho		Fumo		Feijão	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
2006	20,4%	25,3%	3,0%	19,1%	36,2%	17,5%	30,4%	12,1%	1,85%	0,46%
2007	20,6%	25,2%	3,4%	21,4%	35,0%	16,0%	29,1%	8,5%	1,32%	0,27%
2008	19,8%	25,9%	3,5%	19,7%	30,8%	16,4%	33,0%	7,6%	1,49%	0,35%
2009	19,3%	29,1%	3,2%	22,5%	24,0%	11,9%	26,3%	7,9%	1,25%	0,32%
2010	23,8%	30,0%	3,8%	24,2%	29,6%	11,8%	28,7%	5,8%	1,49%	0,33%
2011	24,8%	29,8%	3,2%	18,2%	29,3%	13,1%	27,4%	4,1%	1,26%	0,24%
2012	26,6%	32,4%	3,1%	17,6%	29,3%	13,0%	25,1%	3,7%	1,04%	0,24%
2013	25,8%	35,1%	2,9%	17,8%	26,5%	12,9%	28,2%	3,8%	0,96%	0,32%
2014	27,8%	38,7%	3,0%	18,2%	23,9%	10,2%	26,2%	3,2%	0,88%	0,26%
2015	32,7%	42,6%	3,1%	18,1%	23,0%	8,4%	21,1%	2,4%	0,82%	0,26%
2016	32,0%	42,3%	2,9%	16,1%	26,8%	11,3%	19,1%	2,3%	0,74%	0,25%
2017	34,0%	47,1%	2,8%	16,8%	22,6%	8,1%	20,4%	2,1%	0,86%	0,36%
2018	32,6%	50,7%	2,3%	14,8%	22,7%	9,6%	23,9%	2,4%	0,64%	0,23%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN (2017).

Constata-se o crescimento da participação tanto dos contratos como do valor acessado para o cultivo de soja no total de crédito agrícola do Rio Grande do Sul. Os demais produtos de lavoura apresentaram decréscimo na sua participação em número de contratos e valor disponibilizado do total agrícola, com destaque para as lavouras de verão concorrentes de arroz e milho.

As recentes mudanças no padrão agrícola gaúcho apresentam importante relação com a evolução do crédito rural nos últimos anos. Observa-se que a expansão da soja foi fortemente financiada com a política agrícola de crédito rural, auxiliando na perda da diversificação produtiva agrícola do Rio Grande do Sul e na possível substituição de áreas de arroz e pecuária no Bioma Pampa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores e exportadores agropecuários do Brasil, o presente estudo analisou a evolução do crédito rural no Estado nos anos de 2006 a 2018, segmentando em atividades e finalidades de crédito.

A partir da análise das linhas de crédito rural por setor e finalidade, evidencia-se que o setor agrícola tem a maior disponibilidade de crédito, tanto em volume como em números de contratos, quando comparado com o crédito pecuário. Isso decorre das demandas da agricultura, sobretudo a exportadora, altamente dependente de capital

para a aquisição dos insumos necessários para a produção. Destaca-se ainda que na agricultura a maior expressividade do crédito situa-se na finalidade de custeio.

A linha de investimento do crédito pecuário apresentou comportamento distinto do investimento da atividade agrícola. Isso é consequência da especificidade da pecuária, na qual os recursos de investimento também se destinam para a aquisição de animais, como gado bovino, ovino e caprino. A participação nas linhas de comercialização, tanto na pecuária quanto na atividade agrícola, é muito baixa. Com relação ao volume de crédito rural disponibilizado, ambos, agricultura e pecuária, apresentaram crescimento. Destaca-se que houve ascensão no período de 2006 a 2014, seguido de queda até o ano de 2016, com tendência de recuperação no período recente.

O número de contratos agrícolas apresentou significativa redução, enquanto o valor por contrato agrícola e pecuário apresentou crescimento real significativo, indicando aumento na concentração de crédito no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva de concentração, constata-se o crescimento da participação de contratos e valor destinado à lavoura de soja, com decréscimo para os produtos de arroz, milho, fumo e feijão. Assim, sugere-se estudos futuros para análises mais aprofundadas, por regiões do Estado, segmentando o crédito por distintos produtos agrícolas e pecuários visando identificar o nível de concentração da política pública de crédito rural.

Por fim, ressalta-se que os resultados encontrados na pesquisa podem subsidiar agentes públicos e privados na análise de conjuntura econômica, além da prospecção de cenários para o agronegócio gaúcho. Ainda, possibilita abrir uma frente de investigação sobre o papel da política de crédito rural sobre as recentes transformações do espaço agrário do Rio Grande do Sul, em especial, da expansão do cultivo de soja no Bioma Pampa brasileiro.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Manual do Crédito Rural - MCR**, 2019. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Tradução Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. PIB Municipal. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>. Acesso em: 13 set. 2018.

GASQUES, J. G. *et al.* Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração. In: VIEIRA FILHO *et al.* (org.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE/SIDRA. Pesquisa Agrícola Municipal. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2019.

KUPLICH, T. M.; CAPOANE, V.; COSTA, L. F. F. O avanço da soja no bioma pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, jun. 2018.

MELLO, C. R. de. **O impacto do crédito rural sobre a produtividade**: uma análise para os municípios brasileiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

NUNES, S. P. **Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil**. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER): Boletim Eletrônico - Conjuntura Agrícola, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/boletim.asp>. Acesso em: 13 set. 2018.

OCNER FILHO, V. O papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2017.

OLIVEIRA, G. C. de; WOLF, P. J. W. **A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. Brasília: Ipea, 2016.

RIBEMBOIN, J. A. Produtos Agrícolas e mercados no agronegócio. *In*: CALLADO, A. A. C. (org.). **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVEIRA, V. C. P.; GONZÁLEZ, J. A.; FONSECA, E. L. da. Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 47, n. 4, 2017.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ZIGER, V. O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas. *In*: SANTOS, C. A. **Pequenos Negócios: Desafios e Perspectivas: Serviços Financeiros**. Brasília: SEBRAE, 2013.